

DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA

A Coleção Comunicação e Sociedade é dirigida por Moisés de Lemos Martins, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA

Estudos na Análise Crítica do Discurso

Autor: Teun A. van Dijk

Tradução: Zara Pinto-Coelho*

Direcção gráfica e capa: António Modesto (foto da contracapa de Teun A. van Dijk)

© CAMPO DAS LETRAS – Editores, S. A., 2005

Rua D. Manuel II, n.º 33 – 5.º 4050-345 Porto

Telef.: 226 080 870 Fax: 226 080 880

E-mail: campo.lettras@mail.telepac.pt

Site: www.campo-lettras.pt

Impressão: Papelmunde SMG, Lda. – Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2005

Depósito legal: 234428/05

ISBN 989-625-000-6

Código de barras: 9789896250003

Código do livro: 1.70.003

Colecção: Comunicação e Sociedade – 3

* À excepção do texto “Semântica do Discurso e Ideologia”, editado pela primeira vez no livro *Análise Crítica do Discurso*, de Emília Ribeiro Pedro, publicado na Editorial Cãmíinho (1998), à qual a Campo das Letras agradece a cedência dos direitos de publicação.

DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA

Estudos na Análise Crítica do Discurso

Teun A. van Dijk



Introdução

É para mim um prazer e uma honra ver o meu trabalho aparecer agora também em Portugal com esta colectânea de artigos, numa língua de que eu tanto gosto – graças à excelente tradução da minha colega, ex-estudante de doutoramento e amiga, Zara Pinto Coelho.

Esboçarei de forma breve nesta introdução o *background* e algumas implicações gerais – e limitações – dos artigos aqui reunidos. Como a Zara já apontou no seu simpático prefácio a este livro, os meus primeiros interesses académicos centraram-se no campo da literatura moderna. E é através de uma série de questões que cheguei finalmente onde estou agora, cerca de 35 anos depois. A literatura, do meu ponto de vista, tinha de ser estudada pela linguística moderna, e não só pelo criticismo literário mais impressionista. Por conseguinte, depressa fiz mais linguística do que literatura. Mas a linguística nos anos 60 tinha pouco que ver com o discurso; portanto, o passo seguinte foi alargar as gramáticas das frases para as gramáticas dos textos. Mas, claro, nem os textos literários nem outros discursos têm apenas estruturas gramaticais textuais e necessitam por isso de muitos outros tipos de análise, nomeadamente do seu estilo, retórica, estruturas narrativas ou argumentativas, actos de fala e outras formas de interacção. De facto, esse estudo não estava, obviamente, limitado à linguística, mas também incluía dimensões sociais, cognitivas, culturais e históricas. Porque queria encontrar ‘provas psicológicas’ da nova noção de macro-estrutura que tinha introduzido, procurei trabalho sobre psicologia do discurso e, precisamente, nessa mesma altura, psicólogos como Walter Kintsch estavam também interessados em ampliar a psicologia da linguagem para a psicologia da produção do discurso e compreensão. Este interesse pelas dimensões cognitivas do discurso faz parte do meu trabalho até hoje e lamento que nem todos os meus colegas dos estudos críticos do discurso reconheçam o papel fundamental da cognição na linguagem, discurso, comunicação, interacção e sociedade.

Nos inícios dos anos 80, a abordagem mais linguística, formal e cognitiva que caracterizava o meu trabalho inicial sofreu uma reorientação fundamental na direcção dos assuntos sociais. Desta forma, decidi colocar o enfoque num dos mais sérios problemas na Holanda e Europa: o racismo. Claro que o racismo não é inato: as pessoas aprendem o racismo e também o fazem a partir do discurso, como por exemplo a partir dos manuais escolares, da literatura para crianças, dos filmes, dos programas televisivos, das conversas com os pais e amigos, e depois também a partir dos jornais. Por outras palavras, uma análise sistemática de todos estes discursos será capaz de nos permitir conhecer a produção e a reprodução do racismo na sociedade. Embora tenha trabalhado também noutros projectos, o meu envolvimento nesta investigação continua até hoje – com outros estudos sobre racismo em Espanha e na América Latina.

Outro dos projectos maiores em que me empenhei durante os anos 80 foi o estudo das notícias. As notícias na imprensa ou na TV são um tipo de discurso que lemos ou vemos todos os dias. Contudo, para minha surpresa, não existiam praticamente estudos detalhados, extensivos, deste tipo de discurso fundamental – o discurso através do qual nós adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo para além das nossas experiências pessoais, e através do qual muitas das nossas opiniões sociais e atitudes são formadas. Por conseguinte, as notícias e os artigos de opinião foram sempre um tipo importante de discurso nos estudos empíricos e exemplos de análise que realizei em projectos distintos, como é visível nesta colectânea. Em conjunto com o meu trabalho sobre racismo, por exemplo, este interesse originou muitos estudos sobre racismo na imprensa. Porque na Europa o que a maioria das pessoas sabe sobre imigrantes e imigração deriva em grande parte dos *media*, é óbvio que também as suas opiniões, e logo também os seus estereótipos e preconceitos, devem basear-se no que lêem no jornal ou vêem na televisão. Um estudo detalhado sobre a forma como os *media* relatam a imigração ou as minorias étnicas dá-nos um conhecimento fundamental sobre muitos aspectos da sociedade, instituições, relações de poder, elites e processos sociais.

Nos anos 90, este trabalho sobre discurso, cognição, notícias e racismo precisava de outra dimensão. Primeiro, o estudo do racismo não é obviamente o único modo através do qual nós podemos analisar de forma crítica o modo como o poder e a dominação são reproduzidos na sociedade. O mesmo se passa relativamente ao sexismo, classismo e a outras formas de abuso de poder. Por esta razão, eu e muitos outros académicos juntamo-nos e propusemos uma abordagem ‘crítica’ global ao estudo do discurso, a que chamamos Análise Crítica do Discurso (ACD), mas que genericamente falando deve ser designada de Estudos Críticos de Discurso (ECD), porque não estamos apenas interessados na análise, mas também na teoria, aplicações e outros aspectos da abordagem crítica ao discurso. Na década passada, muitos académicos contribuíram para esta abordagem, e os estudantes foram ficando mais interessados num estudo de discurso centrado primordialmente em problemas sociais. A torre de marfim da linguística e da análise de discurso formal foi então destronada

por abordagens alternativas que acreditavam que outro mundo era não só possível como era também necessário.

Para além do estudo do poder e da dominação, essa abordagem crítica precisava, na minha opinião, não só de uma dimensão discursiva e de uma dimensão social e política, mas também de uma dimensão cognitiva. Continuando o meu trabalho inicial sobre psicologia do processamento de texto, eu sempre estive interessado na psicologia social do discurso, especialmente também porque a psicologia social tradicional foi uma das poucas disciplinas nas Humanidades e nas Ciências Sociais que permaneceu fora do interesse geral nos estudos do discurso. Claro que, assuntos fundamentais estudados na psicologia social, como atitudes, persuasão, identidade, interação, comunicação, formação das impressões, e muitos mais, também têm uma dimensão discursiva importante. É este interface entre discurso e cognição social – já estudado no meu trabalho anterior sobre discurso e preconceito – que sempre me fascinou: como é que as pessoas adquirem, comunicam e usam representações sociais como sejam conhecimento, atitudes e ideologias?

Neste ponto da minha constante procura de uma teoria de discurso social e teoricamente mais adequada, decidi centrar-me num dos aspectos fundamentais do interface entre discurso e cognição social: a ideologia. Tal como ocorre no racismo (e ideologias racistas), as ideologias não são inatas, mas aprendidas, partilhadas e usadas para identificar, formar e manter grupos sociais e o seu poder. Apesar do papel fundamental das ideologias na sociedade, e apesar de mais de duzentos anos de interesse nas ideologias (sempre definido de forma diferente), a linguística e os estudos do discurso tinham contribuído muito pouco para a nossa compreensão das ideologias e da forma como são produzidas pelo texto e fala. Por isso, o projecto maior que desenvolvi no momento seguinte foi sobre ideologia, escrevendo um primeiro livro, geral, com a intenção de escrever livros mais específicos no futuro – sobre ideologia e cognição social, sobre ideologia e sociedade e sobre ideologia e discurso. Terei aqui trabalho para pelo menos mais uma década...

Os artigos nesta colectânea exemplificam a maioria dos projectos, interesses e teorias acima mencionados. Eles delineiam o programa mais genérico dos estudos críticos do discurso e aplicam esse quadro ao estudo da ideologia e, especialmente, aos modos como as ideologias são reproduzidas nas notícias da imprensa. Como sugeri antes, esta questão está no centro da ordem social. É desta forma que os cidadãos se identificam, comunicam e actuam como membros de grupos. É deste modo que as atitudes sociais são formuladas e difundidas na sociedade; é fundamentalmente desta forma que o poder e a dominação são hoje exercidos. A política seria impensável sem os *media* e as suas mensagens ideologicamente baseadas. Muito do que sabemos sobre o mundo não é só baseado nas notícias, mas também está associado a normas e valores e a princípios ideológicos fundamentais. Os capítulos deste livro evidenciam alguns dos princípios fundamentais desta reprodução das ideologias através desta forma crucial de discurso público que é a notícia. Mostram que, a todos os níveis do discurso em geral, e nas notícias em particular, as ideologias são típica-

mente expressas, implementadas ou accionadas pelas manifestações da polarização entre grupos: Nós *vs.* Eles. Assim, ao nível dos tópicos, títulos, significados locais, argumentos, descrições das pessoas, citações, unidades lexicais e muitas outras propriedades das notícias, nós vemos que as Nossas coisas boas serão realçadas, enquanto as coisas más Deles serão secundarizadas (mitigadas, marginalizadas, ignoradas). Por outro lado, as coisas ‘más’ Deles serão enfatizadas, enquanto que as Nossas tipicamente serão secundarizadas. Este ‘quadrado ideológico’ composto pelas quatro estratégias principais do discurso ideológico pode então ser aplicado a todos os níveis do discurso (noticioso). Assim, por exemplo, as coisas ‘más’ deles aparecerão tipicamente nas primeiras páginas, em títulos gordos, nos tópicos principais, graficamente destacadas, nas fotos, descritas em termos muito negativos, e por aí adiante. O oposto ocorrerá para as nossas coisas más, como por exemplo o nosso racismo, discriminação e preconceitos, a nossa história colonial, o nosso modo de explorar países pobres e os seus recursos, o nosso modo de poluir o mundo e outros. Os artigos nesta colectânea integram muitos exemplos de análise onde estes aspectos ideológicos do discurso em geral e do discurso da notícia em particular se tornam evidentes. Por conseguinte, devem ser particularmente relevantes para estudantes e académicos interessados na investigação sobre comunicação e *media*. Encontrarão modos de olhar para as notícias e para a comunicação que são mais detalhados, mais sistemáticos e mais explícitos do que o simples comentar, parafrasear ou analisar o conteúdo da notícias. A análise de discurso explícita também vai muito para além das abordagens mais recentes na investigação sobre os *media*, como o estudo do *framing*, pela simples razão que só na análise de discurso a natureza discursiva complexa das notícias é levada a sério.

A ideologia é apenas uma dimensão – importante – da cognição social. No entanto, igualmente importante, senão mais importante, é o conhecimento, que também é adquirido e reproduzido através do discurso em geral, e das notícias em particular. Esta é a razão pela qual, preparando um futuro livro sobre ideologia e cognição social, fiquei mais interessado na natureza, nas estruturas cognitivas e nas funções sociais do conhecimento. Também aqui alguns artigos mostram já este interesse. Embora existam milhares de livros na Filosofia, na Psicologia e nas Ciências Sociais sobre conhecimento, nós ainda sabemos muito pouco sobre o assunto. De facto, não existe ainda um único livro sobre discurso e conhecimento – por isso um dos meus projectos é escrever um livro sobre esse tópico. Nesta colectânea, bem como noutros artigos, tento desenvolver uma nova teoria do conhecimento enquanto sistema de crenças socialmente partilhadas no seio de comunidades epistémicas e legitimadas por critérios discursivamente formulados (provas, argumentos, dados, etc.). Estou particularmente interessado na forma como o conhecimento é adquirido, confirmado e usado no discurso. De facto, não há outra forma de perceber as bases da produção do discurso e da sua compreensão se levarmos em conta o papel fundamental do conhecimento. Com efeito, os discursos são como os icebergues: apenas expressam uma pequena parte do conhecimento, sendo a maior parte deste pressuposto como

conhecimento partilhado. Esta abordagem fundamental também se reveste de suma importância para o estudo das notícias, porque apenas podemos compreender as notícias com base numa grande quantidade de conhecimento do mundo que é dado como pressuposto. Na verdade, mesmo as nossas ideologias – aquelas que partilhamos com outros membros dos grupos sociais com os quais nos identificamos – são baseadas em última instância no conhecimento que todos partilhamos na mesma cultura, independentemente das nossas ideologias e pertenças de grupo. Evidentemente, nós também podemos ter ‘conhecimento’ ideologicamente baseado, mas frequentemente esse conhecimento será tratado por pessoas de outros grupos ou de outras comunidades como ‘mera crença’, preconceito ou superstição, como acontece com as crenças racistas na superioridade branca ou com as crenças sexistas sobre a superioridade masculina. Para as gerações futuras da mesma comunidade, o que antes tinha sido visto como conhecimento pode degenerar em ‘mera crença’, como acontece com as crenças religiosas e com muitas (pseudo)ciências – tal como foi e tem sido o caso de muito conhecimento ‘científico’ sobre as mulheres.

O que acima sumariamos é o resultado de quase 35 anos de reflexão, investigação e escrita. Muito do que eu pensei que era ‘verdade’ tornou-se mais tarde ‘falso’, ou apenas uma parte da verdade. A ciência e a investigação, como acabei de sugerir, só têm verdades momentâneas, parciais, e nós devemos continuamente ser críticos e autocríticos, integrar novas ideias, explorar novos caminhos, estender os nossos horizontes e integrar outras disciplinas. Ao mesmo tempo, devemos lembrar-nos de que também na análise do discurso só seremos capazes de compreender o discurso e as suas funções na sociedade quando estivermos conscientes de que como académicos também somos parte da sociedade. Isto é, devemos exercitar o estudo do discurso em geral e o estudo do discurso dos *media* em particular, num quadro amplo, crítico e multidisciplinar que examine as estruturas e a acção combinada das dimensões discursivas, cognitivas e sociais do texto e fala nos seus contextos societais.

Teun A. van Dijk

E-mail: vandijk@discourse-in-society.org

Introdução: O que é a Análise Crítica do Discurso?

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político. Com esta investigação dissidente, os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e querem desta forma compreender, expor e, em última análise, resistir à desigualdade social.

Alguns dos postulados da ACD podem ser encontrados já antes da Segunda Guerra Mundial na teoria crítica da Escola de Francoforte (Agger 1992b; Rasmussen 1996). O seu foco actual na linguagem e no discurso foi iniciado pela “linguística crítica” que emergiu (sobretudo no Reino Unido e na Austrália) no fim dos anos 70 (Fowler *et al.* 1979; ver também Mey 1985). A ACD encontra também parceiros nos desenvolvimentos “críticos” da sociolinguística, da psicologia e das ciências sociais, alguns dos quais remontam aos inícios dos anos 70 (Birnbaum 1971; Calhoun 1995; Fay 1987; Fox e Prilleltensky 1997; Hymes 1972; Ibáñez e Iñiguez 1997; Singh 1996; Thomas 1993; Turkel 1996; Wodak 1996). Tal como se passa nestas disciplinas vizinhas, a ACD pode ser vista como uma reacção contra os paradigmas formais dominantes dos anos 60 e 70 (frequentemente “associais” ou “não-críticos”).

A ACD não é tanto uma direcção, uma escola, ou uma especialização próxima de muitas outras “abordagens” nos estudos do discurso. Em vez disso, tem como objectivo oferecer um “modo” ou uma “perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação através do campo completo. Podemos encontrar uma perspectiva mais ou menos crítica em áreas tão diversas quanto a pragmática, a análise da conversação, a análise da narrativa, a retórica, a estilística, a sociolinguística, a etnografia ou a análise dos *media*, entre outras.

Crucial para os analistas do discurso é a consciência explícita do seu papel na sociedade. Eles pretendem continuar uma tradição que rejeita a possibilidade de uma

ciência “sem valores”, que argumenta que a ciência, e especialmente o discurso científico, são uma parte inerente de e são influenciados pela estrutura social, e produzidos na interacção social. Em vez de negar, ou de ignorar a relação entre conhecimento e sociedade, os analistas críticos do discurso defendem que essas relações devem ser estudadas e explicadas em si mesmas e que as práticas de investigação e ensino devem ser baseadas nesses conhecimentos. Na análise do discurso, a formação da teoria, a descrição e a explicação também estão social e politicamente “situadas”, quer nos agrade ou não. A reflexão sobre o papel dos académicos na sociedade e na *polis* torna-se, assim, uma parte inerente do projecto de acção da análise do discurso. Isto pode significar, entre outras coisas, que os analistas do discurso conduzem a investigação em solidariedade e cooperação com grupos dominados.

A investigação crítica sobre discurso precisa de satisfazer um conjunto de requisitos para atingir os seus objectivos de forma efectiva. Tal como se verifica frequentemente noutras tradições de investigação marginais, a investigação na ACD, para ser aceite, tem de ser “melhor” do que a outra investigação. Lida primordialmente com problemas sociais e assuntos políticos, em vez de paradigmas actuais ou modas. Em termos empíricos, uma análise crítica adequada de problemas sociais é usualmente multidisciplinar. Em vez de meramente descrever estruturas do discurso, tenta explicar as mesmas em termos das características da interacção social e especialmente da estrutura social. Mais especificamente, a ACD centra-se nos modos como as estruturas do discurso põem em prática, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e de dominância na sociedade.

Fairclough e Wodak (1997:271-80) resumiam os postulados principais da ACD da seguinte maneira:

- a ACD dedica-se a problemas sociais;
- as relações de poder são discursivas;
- o discurso constitui a sociedade e a cultura;
- o discurso tem um funcionamento ideológico;
- o elo de ligação entre texto e sociedade é mediado;
- a análise do discurso é interpretativa e explicativa;
- o discurso é uma forma de acção social.

Apesar de termos discutido antes alguns destes postulados, precisamos agora de uma análise teórica mais sistemática, da qual apresentarei alguns fragmentos que funcionam como base mais ou menos genérica para os princípios fundamentais da ACD (para detalhes sobre estes objectivos da análise crítica do discurso e estudos da linguagem, ver, *e. g.*, Caldas-Coulthard e Coulthard 1996; Fairclough 1992a, 1995a; Fairclough e Wodak 1997; Fowler *et al.* 1979; van Dijk 1993b).

1. Quadros conceptuais e teóricos

Dado que a ACD não constitui uma direcção específica de investigação, não tem um quadro teórico unitário. Dentro dos objectivos acima mencionados, há muitos tipos de ACD, e estes podem ser teoricamente e analiticamente muito diferentes. A análise crítica das conversações é muito diferente de uma análise dos relatos noticiosos na imprensa, ou das lições e do ensino na escola. Mesmo assim, dada a perspectiva comum e os objectivos gerais da ACD, podemos também encontrar quadros globais conceptuais e analíticos que estão intimamente relacionados. Tal como foi sugerido, a maioria dos tipos de ACD faz perguntas sobre o modo como determinadas estruturas do discurso são utilizadas na reprodução da dominância social, quer façam parte de uma conversação quer façam parte de um relato noticioso ou de outros géneros e contextos. Por conseguinte, o vocabulário típico de muitos académicos na ACD apresentará noções como as de “poder”, “dominância”, “hegemonia”, “ideologia”, “classe”, “género”, “raça”, “discriminação”, “interesses”, “reprodução”, “instituições”, estrutura social” e “ordem social”, para além das noções mais familiares da análise do discurso.¹

Nesta secção destaco um conjunto de conceitos básicos e crio, desta forma, um quadro teórico que relaciona criticamente discurso, cognição e sociedade.

Macro vs micro

O uso da linguagem, do discurso, da interacção verbal e da comunicação pertence ao nível micro da ordem social. Poder, dominância e desigualdade entre grupos sociais são termos que tipicamente pertencem ao nível macro da análise. Isto significa que a ACD tem de ligar teoricamente o bem conhecido “fosso” entre abordagens micro e macro, o que é, com certeza, uma distinção que é um constructo (*construct*) sociológico em si mesmo (Alexander *et al.* 1987; Knorr-Cetina e Cicourel 1981). Na interacção quotidiana e experiência, os níveis macro e micro (e mesoníveis interméd-

¹ Não é surpreendente, então, que a investigação na ACD se refira frequentemente a filósofos sociais de renome e a cientistas sociais do nosso tempo quando teoriza estas e outras noções fundamentais. Deste modo, a referência a líderes intelectuais da Escola de Francoforte e ao trabalho contemporâneo de Habermas (por exemplo, sobre legitimação e a sua última abordagem “discursiva”) é com certeza comum na análise crítica. De forma similar, muitos estudos críticos farão referência a Foucault quando lidam com noções como poder, dominação e disciplina, ou com a noção mais filosófica de “ordem de discurso”. Mais recentemente, os muitos estudos de Bourdieu sobre linguagem, cultura e sociedade tornaram-se muito influentes: por exemplo, a sua noção de *habitus*. Entre outras perspectivas sociológicas, a teoria da estruturação de Giddens é agora mencionada ocasionalmente. Devemos lembrar-nos que, apesar de muitos destes filósofos sociais e sociólogos usarem extensivamente noções de linguagem e discurso, raramente põem em prática uma análise do discurso explícita e sistemática. De facto, a última coisa que os académicos da análise crítica do discurso devem fazer é adoptar de uma forma não crítica as ideias filosóficas e sociológicas sobre linguagem e discurso que não são obviamente enformadas pelos avanços na linguística contemporânea e análise do discurso. Em vez disso, o trabalho referido aqui é relevante sobretudo para o uso de conceitos fundamentais sobre a ordem social e assim para uma metateoria da ACD.

dios) formam um todo unificado. Por exemplo, um discurso racista no parlamento é um discurso ao nível micro da interação social numa situação específica de um debate, mas, simultaneamente, ao nível macro pode pôr em prática ou ser uma parte constituinte da legislação ou da reprodução do racismo.

Há muitos modos de analisar e de relacionar estes dois níveis e de chegar desta forma a uma análise crítica unificada:

1. **Membros-grupos:** os utentes da linguagem participam no discurso enquanto membros de (vários) grupos sociais, organizações, ou instituições; e, inversamente, os grupos podem assim actuar “através” dos seus membros.
2. **Ações-processos:** os actos sociais de actores individuais são, por isso, partes constituintes das ações de grupo e dos processos sociais, tais como da legislação, da produção de notícias ou da reprodução do racismo.
3. **Contexto-estrutura social:** as situações da interação discursiva fazem parte igualmente ou são constitutivas da estrutura social; por exemplo, uma conferência de imprensa pode ser uma prática típica das organizações e instituições mediáticas. Isto é, os contextos “locais” e mais “globais” estão intimamente relacionados e ambos constroem o discurso.
4. **Cognição pessoal e social:** os utentes da linguagem como actores sociais têm tanto cognição pessoal como social (memórias pessoais, conhecimento e opinião, bem como cognições partilhadas com membros do grupo ou da cultura como um todo). Estas duas formas de cognição influenciam a interação e o discurso de membros individuais, enquanto que as “representações sociais” partilhadas controlam as ações colectivas de um grupo.

1.2 Poder como controlo

Uma noção fundamental na maior parte do trabalho crítico sobre discurso é a de poder, e mais especificamente a noção de poder social de grupos e instituições. Resumindo uma análise filosófica e social complexa, iremos definir poder social em termos de controlo. Assim, os grupos têm (mais ou menos) poder se forem capazes de controlar (mais ou menos) os actos e as mentes dos (membros) de outros grupos. Esta capacidade pressupõe uma base de poder formada pelo acesso privilegiado a recursos sociais escassos, tais como força, dinheiro, estatuto, fama, conhecimento, informação, “cultura” ou mesmo várias formas de discurso público e de comunicação (da vasta literatura sobre poder ver, *e. g.*, Lukes 1986; Wrong 1979).

Podemos distinguir diferentes tipos de poder segundo os vários recursos em uso no exercício do mesmo: o poder coercivo dos militares e de homens violentos será sobretudo baseado na força; os ricos terão poder por causa do seu dinheiro, enquanto o poder mais ou menos persuasivo dos pais, professores ou jornalistas pode ser

baseado no conhecimento, na informação ou na autoridade. Repare-se que o poder raramente é absoluto. Os grupos podem controlar mais ou menos outros grupos, ou apenas controlá-los em situações ou em domínios sociais específicos. Para além disso, os grupos dominados podem resistir mais ou menos: aceitar, anuir, consentir, ou legitimar o poder, e mesmo vê-lo como “natural”.

O poder dos grupos dominantes pode ser integrado em leis, regras, normas, hábitos e mesmo num consenso bastante geral, ganhando assim uma forma designada por Gramsci como “hegemonia” (Gramsci 1971). Dominação de classe, sexismo e racismo são exemplos característicos de hegemonia. Sublinhe-se que o poder não é exercido sempre em actos obviamente abusivos dos membros de grupos dominantes, mas pode ser posto em prática na miríade de acções dadas como adquiridas da vida quotidiana, tal como é o caso típico das muitas formas de sexismo do dia-a-dia ou de racismo (Essed 1991). Do mesmo modo, nem todos os membros de um grupo poderoso são sempre mais poderosos do que todos os membros dos grupos dominados: poder é aqui definido apenas para os grupos como um todo.

Assim, para a nossa análise das relações entre discurso e poder, consideramos em primeiro lugar que o acesso a formas específicas do discurso, *e. g.*, as da política, dos *media* ou da ciência, é ele próprio um recurso de poder. Em segundo, como sugerimos antes, a acção é controlada pelas nossas mentes. Por isso, se formos capazes de influenciar as mentes das pessoas, *e. g.*, o seu conhecimento ou opiniões, controlamos indirectamente (algumas) das suas acções, como mostram os estudos da persuasão e manipulação.

Por último, fechando o círculo discurso-poder, isto significa que os grupos que controlam muito do discurso influente têm também mais hipóteses de controlar as mentes e acções dos outros.

Simplificando ainda mais para este capítulo estas relações muito imbricadas, podemos dividir o assunto do poder discursivo em duas questões básicas para a investigação na CDA:

1. Como é que os grupos (mais) poderosos controlam o discurso público?
2. Como é que esse discurso controla a mente e a acção de grupos (menos) poderosos, e quais são as consequências sociais desse controlo, por exemplo, a desigualdade social?

Em seguida abordarei estas questões.²

² Limitações de espaço impedem uma discussão sobre um terceiro assunto: as formas como os grupos dominados desafiam ou resistem discursivamente ao controlo dos grupos poderosos.

1.2.1 Controlo do discurso público

Vimos que, entre os muitos recursos que definem a base do poder de um grupo ou de uma instituição, o acesso ao ou o controlo sobre o discurso público e a comunicação constituem um recurso “simbólico” importante, como são os casos do conhecimento e da informação (van Dijk 1996). A maioria das pessoas tem controlo activo apenas sobre a conversa diária com membros da família e amigos e colegas, e controlo passivo sobre, *e. g.*, o uso dos *media*. Em muitas situações, as pessoas comuns são alvos mais ou menos passivos do texto ou fala, *e. g.*, dos seus chefes ou professores, ou das autoridades, como, por exemplo, agentes policiais, juízes, burocratas da segurança social ou inspectores de finanças, que lhes podem dizer simplesmente aquilo em que (não) devem acreditar ou o que devem fazer.

Por outro lado, os membros dos grupos sociais mais poderosos e as instituições, e especialmente os seus líderes (as elites), têm um acesso mais ou menos exclusivo e um controlo sobre um ou mais tipos de discurso público. Assim, os professores universitários controlam o discurso académico, os professores o discurso educativo, os jornalistas o discurso dos *media*, os advogados o discurso legal, e os políticos o discurso das políticas governamentais e outros tipos de discursos públicos políticos. Aqueles que têm maior controlo sobre mais – e mais influente – discurso (e mais características do discurso) são por definição também mais poderosos. Por outras palavras, propomos aqui uma definição discursiva (bem como um diagnóstico prático) de um dos constituintes cruciais do poder social.

Estas noções de acesso ao discurso e ao controlo são muito gerais, e é uma das tarefas da ACD explicitar estas formas de poder. Assim, se o discurso é definido na forma de um complexo de eventos comunicativos, o acesso e o controlo podem ser definidos tanto para o contexto, como para as estruturas do texto e fala em si mesmas.

Contexto é aqui definido como sendo a estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso (Duranti e Goodwin 1992; van Dijk 1998b). Consiste em categorias como a definição global da situação, a localização (tempo e espaço), as acções em curso (incluindo discursos e géneros de discurso), os participantes em vários papéis comunicativo, social, ou institucional, bem como as suas representações mentais: finalidades, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias. Controlar o contexto implica controlar uma ou mais destas categorias, *e. g.*, determinar a definição da situação comunicativa, decidir o tempo e espaço do evento comunicativo ou onde os participantes podem ou devem estar presentes, e em que papéis, ou decidir que conhecimento ou opiniões eles devem (não) ter e que tipo de acções sociais podem ou devem ser realizadas pelo discurso.

Crucial no accionamento ou no exercício do poder de grupo é também o controlo, não só sobre o conteúdo, mas também sobre as estruturas do texto e fala. Assim, relacionando texto e contexto, vimos já que os (membros dos) grupos poderosos podem decidir sobre os (possíveis) géneros de discursos ou actos de fala de uma oca-

sião. Um professor ou um juiz podem requerer uma resposta directa do estudante ou do suspeito, respectivamente, e não uma história pessoal ou um argumento (Wodak 1984a, 1986). Mais criticamente, podemos examinar o modo como os falantes poderosos podem abusar do seu poder nessas situações, *e. g.*, quando agentes da polícia usam a força para obter uma confissão de um suspeito (Linell e Johnsson 1991), ou quando os editores homens excluem as mulheres da escrita de notícias económicas (van Zoonen 1994).

De igual forma, os géneros apresentam tipicamente esquemas convencionais que consistem em várias categorias. O acesso a algumas destas categorias pode ser proibido ou obrigatório, *e. g.*, alguns tipos de saudações numa conversação podem ser usados apenas por falantes de um grupo social, posição, idade, ou género específicos (Irvine 1974).

Também vital para todo o discurso e comunicação é quem controla os tópicos (macro-estruturas semânticas) e a sua mudança; é o que se passa quando os editores decidem quais os tópicos das notícias que terão cobertura (Gans 1979; van Dijk 1988a, 1988b), ou quando os professores decidem os tópicos que serão abordados nas aulas, ou ainda quando os homens controlam os tópicos e a sua mudança nas conversações com mulheres (Palmer 1989; Fishman 1983; Leet-Pellegrini 1980; Lindegren-Lerman 1983). Embora a maior parte do controlo do discurso seja contextual ou global, mesmo os detalhes locais do significado, da forma, ou do estilo podem ser controlados, *e. g.*, os detalhes de uma resposta numa aula ou julgamento ou a escolha das unidades lexicais ou do jargão nos tribunais, nas aulas ou nas redacções (Martín Rojo 1994). Em muitas situações, o volume pode ser controlado e pode-se ordenar aos falantes que “mantenham a voz baixa” ou que se “mantenham calados”, as mulheres podem ser “silenciadas” de muitas formas (Houston e Kramarae 1991), e em algumas culturas temos de “murmurar” em sinal de respeito (Albert 1972). Numa ditadura o uso público de determinadas palavras pode ser banido, e os desafios discursivos a grupos culturalmente dominantes (*e. g.*, brancos, ocidentais e homens) pelos seus oponentes multiculturais podem ser ridicularizados nos *media* como “politicamente correctos” (Williams 1995). E por fim, as dimensões da acção e a interacção do discurso podem ser controladas através da prescrição ou proscricção de determinados actos de fala e através da distribuição ou interrupção selectiva de “turnos” nas conversações (ver também Diamond 1996).

Em suma, todos os níveis e estruturas do contexto, do texto e fala podem ser, em princípio, mais ou menos controlados por falantes poderosos, e tal poder pode ser abusado em prejuízo dos outros participantes. No entanto, deve ser sublinhado que o texto e a fala nem sempre põem directamente em prática ou encarnam relações de poder entre grupos: é sempre o contexto que pode interferir, reforçar ou de alguma forma transformar essas relações.

1.2.2 Controlo da mente

Se o controlo do discurso é uma forma maior de poder, controlar as mentes das pessoas é outro modo fundamental de reproduzir a dominância e hegemonia.³ Dentro de um quadro da ACD, o “controlo da mente” envolve mais do que adquirir simplesmente crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação. Vamos referir agora alguns dos modos como o poder e a dominância estão envolvidos no controlo da mente.

Primeiro, os receptores tendem a aceitar as crenças, o conhecimento e as opiniões (a não ser que sejam inconsistentes com as suas crenças pessoais e experiências) divulgadas através do discurso produzido por quem vêem como sendo uma fonte de confiança ou credível, como são os académicos, peritos, profissionais ou os *media* de referência (Nesler *et al.* 1993). Segundo, em algumas situações os participantes são obrigados a serem receptores do discurso, *e. g.*, na educação e em muitas entrevistas de emprego. Nesses casos, as lições, os materiais de aprendizagem, as instruções de emprego e outros tipos de discurso podem ter que ser ouvidos, interpretados e aprendidos tal como foram intencionados pelos autores institucionais ou organizacionais (Giroux 1981). Terceiro, em muitas situações, não há discursos públicos ou *media* que forneçam informação a partir da qual possamos derivar crenças alternativas (Downing 1984). Quarto, e intimamente ligado aos pontos prévios, os receptores podem não ter o conhecimento e as crenças necessárias para desafiar os discursos ou a informação a que estão expostos (Wodak 1987).

Enquanto que estas condições de controlo da mente são largamente contextuais (dizem algo sobre os participantes num evento comunicativo), outras condições são discursivas, isto é, dependem das estruturas e estratégias do texto e fala em si mesmas. Por outras palavras, dado um contexto específico, certos significados e formas de discurso têm mais influência sobre as mentes dos indivíduos do que outras, como o podem mostrar a própria noção de “persuasão” e uma tradição de mais de dois mil anos de retórica.⁴

Uma vez adquirida uma aproximação elementar a algumas das estruturas da mente, e ao que significa controlá-las, a questão crucial reside no modo como o discurso e as suas estruturas são capazes de exercer tal controlo. Como foi sugerido anteriormente,

³ Sublinho que “controlo da mente” constitui meramente uma frase confortável para resumir um processo muito complexo. A psicologia cognitiva e a investigação em comunicação de massa têm mostrado que influenciar a mente não é um processo tão directo como podem sugerir ideias simplistas sobre controlo da mente (Britton e Graesser 1996; Glasser e Salmon 1995; Klapper 1960; van Dijk e Kintsch 1983). Os receptores podem fazer interpretações e usos variados do texto e fala, também em função da classe, género ou cultura (Lieber e Katz 1990). Da mesma forma, os receptores raramente aceitam de uma forma passiva as opiniões planeadas de discursos específicos. No entanto, não devemos esquecer que a maioria das nossas crenças sobre o mundo é adquirida através do discurso.

⁴ Para analisar os processos complexos envolvidos no modo como o discurso pode controlar as mentes dos indivíduos, precisaríamos de explicitar as representações mentais detalhadas e as operações cognitivas estudadas na ciência cognitiva. Já que mesmo um sumário adequado está para além do alcance deste capítulo, apenas introduziremos de uma forma breve um conjunto de noções necessárias para compreender os processos discursivos do controlo da mente (para detalhes, ver, *e. g.*, Graesser e Bower 1990; van Dijk e Kintsch 1983; van Oostendorp e Zwaan 1994; Weaver *et al.* 1995).

esta influência discursiva pode ser devida quer ao contexto quer às estruturas do texto e fala em si mesmas.

O controlo contextualmente baseado deriva do facto de que as pessoas compreendem e representam não só o texto e fala, mas também toda a situação comunicativa. Assim, a ACD tipicamente estuda de que forma os traços do contexto (como são as propriedades dos utentes da linguagem de grupos poderosos) influenciam os modos como os membros dos grupos dominados definem a situação comunicativa em “modelos do contexto preferenciais” (Martín Rojo e van Dijk 1997). A ACD centra-se também na forma como as estruturas do discurso influenciam as representações mentais. Ao nível global do discurso, os tópicos podem influenciar o que as pessoas consideram como sendo a informação mais importante do texto ou fala, e assim correspondem aos níveis de topo dos seus modelos mentais. Por exemplo, expressar um determinado tópico num título de uma notícia pode influenciar poderosamente a forma como um acontecimento é definido em termos de um modelo mental “preferencial” (*e. g.*, quando um crime cometido por minorias é tipicamente topicalizado e posto em título na imprensa: Duin *et al.* 1988; van Dijk 1991).

Do mesmo modo, a argumentação pode ser persuasiva por causa das opiniões sociais que estão “escondidas” nas suas premissas implícitas e que são assim dadas como adquiridas entre os receptores, *e. g.*, a imigração pode ser restringida desta forma se num debate parlamentar for feita a pressuposição de que todos os refugiados são “ilegais” (ver as contribuições em Wodak e van Dijk 2000). De igual modo, ao nível local, para perceber o significado do discurso e a sua coerência, as pessoas podem precisar de modelos que contenham crenças que permanecem implícitas (pressupostas) no discurso. Assim, um traço típico da manipulação é o de comunicar crenças implicitamente, isto é, sem as afirmar de facto, havendo por isso menos hipóteses de elas serem postas em causa.

Estes poucos exemplos mostram a forma como vários tipos de estruturas de discurso podem influenciar a formação e mudança dos modelos mentais e das representações sociais. Se os grupos dominantes, e especialmente as suas elites, controlam em grande parte o discurso público e as suas estruturas, eles têm assim mais controlo sobre as mentes do público em geral. No entanto, este controlo tem limites. A complexidade da compreensão e da formação e a mudança de crenças são tais que não podemos prever sempre quais são os traços de um determinado texto ou fala que poderão ter efeitos nas mentes de receptores específicos.

Estas observações breves deram-nos uma imagem muito genérica da forma como o discurso está envolvido na dominância (abuso de poder) e na produção e reprodução da desigualdade social. A ACD tem como objectivo examinar em pormenor estas relações. Na próxima secção, nós revemos várias áreas da investigação na ACD que examinam estas relações.⁵

⁵ Note-se que o retrato acabado de traçar é muito esquemático e genérico. As relações entre poder social dos grupos e instituições, por um lado, e o discurso, por outro, bem como entre discurso e cognição, e cognição e sociedade, são amplamente complexas. Há muitas contradições. Não existe um retrato claro de um grupo dominante (ou classe ou

2. Investigação na Análise Crítica do Discurso

Muitos dos estudos do discurso que abordam algum aspecto do poder, da dominação e da desigualdade social não foram conduzidos explicitamente sob a etiqueta ACD. No entanto, faremos referência a esses trabalhos nas próximas secções.

2.1 Desigualdade de género

Um vasto campo da investigação crítica sobre discurso e linguagem que não tem sido realizado no âmbito das perspectivas da ACD é o de género. De muitas formas, o trabalho feminista tornou-se paradigmático para muita da análise do discurso, especialmente porque a maioria deste trabalho lida explicitamente com a desigualdade social e a dominação. Nós não o iremos rever aqui (ver os livros escritos e editados por, *e. g.*, Cameron (1990, 1992); Kotthoff e Wodak (1997); Seidel (1988); Thorne *et al.* (1983); Wodak (1997); para discussão e comparação com uma abordagem que sublinha diferenças culturais em vez de diferenças de poder e desigualdade, ver, *e. g.*, Tannen (1994a); ver também Tannen (1994) para uma análise das diferenças de género, onde são abordadas muitas características discursivas da dominância).

2.2 Discurso dos media

O poder inegável dos *media* tem inspirado muitos estudos críticos em muitas disciplinas: linguística, semiótica, pragmática e estudos do discurso. As abordagens tradicionais dos estudos críticos dos *media*, frequentemente baseadas na análise do conteúdo, têm revelado imagens tendenciosas, estereotipadas, sexistas ou racistas em textos, ilustrações e fotos. Os estudos mais antigos da linguagem dos *media* também se centravam nas estruturas de superfície facilmente observáveis, como seja o uso enviesado de palavras na descrição de *Nós e Eles* (e das Nossas acções e características e das Deles), especialmente na representação dos comunistas que seguia linhas sociopolíticas. O tom crítico foi dado por um conjunto de séries de estudos de “Bad News” produzidos pelo Glasgow University Media Group (1976, 1980, 1982, 1985, 1993) sobre traços do relato televisivo, como a cobertura de vários assuntos (*e. g.*, disputas industriais (greves), a guerra das Malvinas, a cobertura da sida nos *media*).

instituição) oprimindo um outro e controlando todo o discurso público, nem um discurso específico que controla a mente dos dominados. Há muitas formas de colisão, consenso, legitimação e mesmo de “produção conjunta” de formas de desigualdade. Os membros dos grupos dominados podem tornar-se dissidentes e aliam-se a grupos dominados, e vice-versa. Os discursos oponentes podem ser adoptados por grupos dominantes, quer estrategicamente para os neutralizar, quer simplesmente porque o poder dominante e as ideologias podem mudar, como é o caso óbvio do discurso ecológico e da ideologia.

A investigação mais conhecida sobre os *media* fora dos estudos do discurso talvez seja a realizada por Stuart Hall e os seus associados dentro do quadro do paradigma dos estudos culturais (ver, *e. g.*, Hall *et al.* 1980; para uma introdução ao trabalho crítico dos estudos culturais, ver Agger 1992a; ver também Collins *et al.* 1986; para anteriores abordagens críticas à análise das imagens dos *media*, ver também Davis e Walton 1983; e para uma abordagem da ACD aos estudos dos *media* relacionada com a abordagem crítica dos estudos culturais, ver Fairclough 1995b).

Uma colectânea mais antiga do trabalho de Roger Fowler e seus associados (Fowler *et al.* 1979) também incidiu sobre os *media*. Como se verificou em muitos outros estudos ingleses ou austríacos que se inscreveram neste paradigma, usa-se o quadro teórico da gramática sistémica funcional de Halliday num estudo sobre a “transitividade” de padrões sintácticos das frases. O argumento desta investigação é que os acontecimentos e as acções podem ser descritos com variações sintácticas que são função do envolvimento subjacente dos actores (*e. g.*, da sua agência, responsabilidade, e perspectiva). Assim, na análise dos relatos dos *media* sobre “motins” durante uma manifestação de minorias étnicas, a responsabilidade das autoridades e especialmente da polícia nessa violência pode ser sistematicamente secundarizada através da desfocalização, *e. g.*, por meio de construções passivas e nominalizações; isto é, deixando implícitas a agência e a responsabilidade. Os estudos posteriores de Fowler sobre os *media* continuaram esta tradição, mas prestam tributo também ao paradigma dos estudos culturais britânicos que definem as notícias não como um reflexo da realidade, mas como um produto modelado por forças políticas, económicas e culturais (Fowler 1991). Mais do que em muito do outro trabalho crítico dos *media*, neste estudo crítico Fowler também se centra nos “mecanismos” linguísticos, como por exemplo na análise da transitividade na sintaxe, estrutura lexical, modalidade, e actos de fala. De igual modo, van Dijk (1988b) aplica uma teoria da notícia como discurso (van Dijk 1988a) em estudos críticos sobre as notícias internacionais, o racismo na imprensa e a cobertura das pessoas que se apoderam ilegalmente de casas desocupadas em Amesterdão.

2.3 Discurso político

Dado o papel do discurso político no accionamento, na reprodução e na legitimação do poder e da dominação, também podemos esperar muitos estudos críticos do discurso sobre o texto e fala políticos. Até agora a maioria deste trabalho tem sido realizada por linguistas e analistas de discurso porque a ciência política está entre as poucas ciências sociais onde a análise do discurso tem permanecido virtualmente desconhecida, embora se note alguma influência das abordagens “pós-modernas” ao discurso (Derian e Shapiro 1989; Fox e Miller 1995) e existam muitos estudos sobre comunicação política e retórica que se cruzam com uma abordagem analítica

de discurso (Nimmo e Sanders 1981). Ainda mais próximo da análise do discurso está a abordagem actual aos quadros (*frames*) (estruturas conceptuais ou conjuntos de crenças que organizam pensamentos políticos, políticas governamentais, e discurso) na análise do texto político e fala (Gamson 1992).

Na linguística, na pragmática e nos estudos do discurso, o discurso político tem sido estudado fora dos estudos centrais de natureza mais teórica. Um trabalho seminal vem de Paul Chilton; ver, *e. g.*, a sua colectânea sobre a linguagem do debate das armas nucleares (Chilton 1985), bem como o seu trabalho posterior sobre o *nukespeak* contemporâneo (Chilton 1988) e a metáfora (Chilton 1996; Chilton e Lakoff 1995).

Embora os estudos do discurso político em inglês sejam internacionalmente mais conhecidos por causa da hegemonia do inglês, tem sido feito muito trabalho (frequentemente mais cedo e frequentemente mais explícito e sistemático) em Alemão, Espanhol e Francês. Este trabalho é tão extenso que iremos aqui apenas nomear alguns dos estudos influentes.

A Alemanha tem uma longa tradição na análise do discurso político, quer na (então) Alemanha ocidental (*e. g.*, sobre os políticos de Bonn, ver Zimmermann 1969), como no (então) Leste (*e. g.*, a teoria semiótica-materialista de Klaus 1971; ver também a introdução de Bachem 1979). Esta tradição na Alemanha integrou um estudo sobre a linguagem da guerra e da paz (Pasierbsky 1983) e sobre actos de fala no discurso político (Holly 1990). Também há uma tradição consolidada e forte de estudo da linguagem fascista e do discurso (*e. g.*, léxico, propaganda, *media* e política da linguagem (Ehlich 1989)).

Em França, o estudo da linguagem política tem uma respeitável tradição na linguística e na análise do discurso, também porque o fosso entre a teoria linguística (na sua maior parte estruturalista) e a análise do texto nunca foi muito pronunciado. Os estudos do discurso são baseados frequentemente em *corpus* e há uma tendência forte para uma análise (de conteúdo) formal, quantitativa e automática de grandes conjuntos de dados, frequentemente combinada com uma análise crítica ideológica (Pêcheux 1969; Guespin 1976). A ênfase na análise do discurso automatizada implica usualmente que a atenção recaia sobre as análises lexicais (facilmente quantificáveis).

Os estudos críticos do discurso político em Espanha e especialmente na América Latina têm sido muito produtivos. É famoso o pioneiro estudo semiótico crítico (anticolonialismo) de Donald Duck de Dorfman e Mattelart (1972) no Chile. Na Argentina, Lavandera *et al.* (1986, 1987) desenvolveu uma abordagem sociolinguística influente ao discurso político, *e. g.*, a sua tipologia do discurso autoritário. O trabalho deste grupo tem sido continuado e organizado num quadro mais explicitamente da ACD especialmente por Pardo (ver, *e. g.*, o seu trabalho sobre discurso legal; Pardo 1996). No México, Sierra (1992) realizou uma análise de discurso etnográfica detalhada sobre a autoridade local e a tomada de decisão.

Entre os muitos outros estudos críticos na América Latina, devemos mencionar o trabalho extensivo de Teresa Carbó sobre o discurso parlamentar no México, em que se acentua sobretudo o modo como os deputados falam sobre os nativos americanos (Carbó 1995), e o seu estudo em inglês sobre as interrupções nestes debates (Carbó 1992).

2.4 Etnocentrismo, anti-semitismo, nacionalismo e racismo

O estudo do papel do discurso no accionamento e na reprodução da desigualdade étnica e “racial” tem emergido de uma forma lenta na ACD. Tradicionalmente, este tipo de trabalho centrava-se nas representações etnocêntricas e racistas nos *media*, na literatura e no cinema (Dines e Humez 1995; UNESCO 1977; Wilson e Gutiérrez 1985; Hartmann e Husband 1974; van Dijk 1991). Essas representações continuam a ser imagens seculares do Outro e são dominantes nos discursos de viajantes europeus, exploradores, mercadores, soldados, filósofos e historiadores, entre outras formas de discurso da elite (Barker 1978; Lauren 1988). Flutuando entre o ênfase na diferença exótica, por um lado, e na derrogação hegemónica que sublinha a inferioridade intelectual, moral e biológica do Outro, por outro, esses discursos também influenciaram a opinião pública e levaram a representações sociais vastamente partilhadas. É a continuidade desta tradição sociocultural de imagens negativas sobre o Outro que explica em parte a persistência de padrões dominantes de representação no discurso contemporâneo, nos *media* e no cinema (Shohat e Stam 1994).

Os estudos de discurso que se seguiram foram para além da análise mais tradicional de conteúdo das “imagens” dos Outros e entraram mais profundamente nas propriedades linguísticas, semióticas e outras características discursivas do texto e da fala sobre minorias, imigrantes e Outras pessoas. Para além de incidir nos *media*, na publicidade, no cinema e nos manuais, que eram (e ainda continuam a ser) os géneros mais estudados, este trabalho mais recente incidiu também no discurso político, no discurso académico, nas conversações diárias, nas entrevistas de emprego, nos *talk shows* e num conjunto de outros géneros.

Muitos dos estudos sobre a desigualdade étnica e racial revelam uma similaridade notável entre estereótipos, preconceitos e outras formas de derrogação verbal entre tipos de discurso, *media* e fronteiras nacionais. Por exemplo, num vasto programa de investigação executado na Universidade de Amesterdão desde o início dos anos 80, nós examinámos a forma como os naturais do Sri Lanka, os turcos, os marroquinos e as relações étnicas de uma forma geral são representados nas conversações, histórias quotidianas, relatos noticiosos, manuais, debates parlamentares, discurso corporativo e texto e fala escolares (van Dijk 1984, 1987a, 1987b, 1991, 1993). Para além destes tópicos estereotipados de diferença, desvio e ameaça, também foram estudadas as estruturas das histórias, os traços conversacionais (como as hesitações

e as correcções ao mencionar os Outros), os lances semânticos como os desmentidos (“Nós não temos nada contra negros, mas...”, etc.), a descrição lexical dos Outros e todo um conjunto de traços discursivos. Estes projectos tiveram como objectivo mostrar como o discurso expressa e reproduz representações sociais subjacentes acerca dos Outros no contexto social e político. Ter Wal (1997) aplica este quadro num estudo detalhado sobre os modos como o discurso dos políticos italianos e dos *media* mudou gradualmente, de um empenhamento anti-racista e das representações benignas do *extracommunitari* (não-europeus) para um retrato mais estereotipado e negativo em termos de crime, desvio e ameaça.

O argumento maior deste trabalho é que o racismo (incluindo anti-semitismo, xenofobia e formas relacionadas de ressentimento contra Outros “racialmente” ou etnicamente definidos) é um sistema complexo de desigualdade social e política que também é reproduzido pelo discurso em geral, e pelos discursos das elites em particular.

Em vez de continuar a incidir sobre os detalhes complexos das relações teóricas entre discurso e racismo, irei fazer referência a um livro que pode ser visto como um protótipo do discurso actual da elite conservadora sobre raça, a saber, *The End of Racism*, de Dinesh D’Souza (1995). Este texto integra muitas das ideologias dominantes nos EUA, especialmente na direita, e tem como alvo específico um grupo minoritário nos EU: os afro-americanos. Aqui apenas poderemos sintetizar a forma como a ACD do livro de D’Souza, *The End of Racism*, mostra o tipo de estruturas discursivas, estratégias e lances que são usados no exercício do poder do grupo dominante (branco, ocidental, masculino) e a forma como os leitores são manipulados para formar ou confirmar as representações sociais consistentes com uma ideologia de superioridade incontestável, conservadora.

A estratégia global do livro de D’Souza, é a combinação implementada, a todos os níveis do texto, da apresentação positiva do endogrupo e da apresentação negativa do exogrupo. No livro de D’Souza, os principais mecanismos retóricos usados são a hipérbole e a metáfora, *viz.*, a representação exagerada dos problemas sociais em termos de doença (“patologias”, “vírus”) e a ênfase no contraste entre Civilizados e Bárbaros. Semântica e lexicalmente, os Outros são associados por este meio não apenas à diferença, mas também ao desvio (“ilegitimidade”) e à ameaça (violência, ataques). As asserções argumentativas da depravação da cultura negra são combinadas com negações dos defeitos brancos (racismo), com mitigação retórica e eufemização dos seus crimes (colonialismo e escravatura) e com inversões semânticas de culpa (culpabilização da vítima). Desta forma, o conflito social é cognitivamente representado e reforçado pela polarização, e discursivamente sustido e reproduzido através da derrogação, demonização e exclusão dos Outros da comunidade de “Nós”, os civilizados.

2.5 Da dominação de grupo ao poder profissional e institucional

Acabamos de rever nesta secção estudos críticos do papel do discurso na (re)produção da desigualdade. Esses estudos exemplificam de uma forma típica a perspectiva da ACD sobre o abuso de poder e a dominância de grupos sociais específicos.⁶ Muitos outros estudos, sob a designação de ACD ou não, também examinam criticamente vários géneros de discurso institucional e profissional, *e. g.*, texto e fala nos tribunais (ver Danet 1984; O'Barr *et al.* 1978; Bradac *et al.* 1981; Ng and Bradac 1993; Lakoff 1990; Wodak 1984a; Pardo 1996; Shuy 1992), discurso burocrático (Burton e Carlen 1979; Radtke 1981), discurso médico (ver Ainsworth-Vaughn e Fleischman; Davis 1988; Fisher 1995; Fisher e Todd 1986; Mishler 1984; West 1984; Wodak 1996), discurso educativo e académico (Aronowitz 1988; Apple 1979; Bourdieu 1984, 1989; Bernstein 1975; Bourdieu *et al.* 1994; Giroux 1981; Willis 1977; Atkinson *et al.* 1995; Coulthard 1994; Duszak 1997; Fisher e Todd 1986; Mercer 1995; Wodak 1996; Bergvall e Remlinger 1996; Ferree e Hall 1996; Jaworski 1983; Leimdorfer 1992; Osler 1994; Said 1979; Smith 1991; van Dijk 1987, 1993) e discurso corporativo (ver Mumby 1988; Boden 1994; Drew e Heritage 1992; Ehlich 1995; Mumby 1993; Mumby e Clair 1997), entre muitos outros conjuntos de géneros. Em todos estes casos, o poder e a dominância estão associados a domínios sociais específicos (política, *media*, lei, educação, ciência, etc.), às suas elites profissionais e instituições e às regras e rotinas que formam o *background* da reprodução discursiva quotidiana do poder nesses domínios e instituições. As vítimas ou alvos deste poder são usualmente o público ou os cidadãos em geral, as “massas”, os clientes, os sujeitos, a audiência, os estudantes e outros grupos que dependem do poder institucional e organizacional.

3. Conclusão

Vimos neste capítulo que as análises críticas de discurso lidam com a relação entre discurso e poder. Também esquematizamos o quadro complexo necessário para analisar discurso e poder e afluamos os muitos modos em que o poder e a dominação são reproduzidos pelo texto e fala.

No entanto, permanecem vários fossos metodológicos e teóricos. Primeiro, a *interface* cognitiva entre as estruturas de discurso e as do contexto social local e global é raramente explicitada e usualmente aparece só associada a noções de conhecimento e de ideologia (van Dijk 1998). Assim, apesar de um grande número de estudos empíricos sobre discurso e poder, os detalhes da teoria multidisciplinar da ACD que deviam relacionar discurso e acção com cognição e sociedade ainda estão na

⁶ Infelizmente, esta perspectiva tem negligenciado o estudo da reprodução discursiva de classe; porém, para uma abordagem relacionada, ver Willis (1977).

agenda. Segundo, permanece ainda um fosso entre os estudos de texto e fala mais linguisticamente orientados e as várias abordagens ao social. Os primeiros ignoram frequentemente conceitos e teorias da sociologia e da ciência política sobre abuso de poder e desigualdade, enquanto os segundos raramente realizam uma análise de discurso detalhada. Por conseguinte, a integração das várias abordagens é muito importante para chegar a uma forma satisfatória de ACD multidisciplinar.

Agradeço a Ruth Wodak pelos seus comentários a uma versão prévia deste capítulo, e a Laura Pardo por me ter dado mais informação sobre a Investigação ACD na América Latina.